



AFASTAMENTOS POR TRANSTORNOS MENTAIS ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ

Carla valéria Nogueira (SEPLAG/CE)

carlinhavn@hotmail.com

Everton Cabral Maciel (SEPLAG/CE)

evertoncmaciel@yahoo.com.br

Regina Heloisa Maciel (UNIFOR)

reginaheloisamaciel@gmail.com

Rachel de Aquino (UNIFOR)

rachel_aquino@hotmail.com

Os afastamentos do trabalho por episódios de doença entre os servidores públicos tem sido uma preocupação crescente dos governos nas esferas municipal, estadual e federal, tendo em vista seu grande número entre os servidores, principalmente os ocasionados por transtornos mentais e comportamentais. Este estudo focaliza os afastamentos desse tipo entre os servidores civis e militares da administração direta do Estado do Ceará, buscando especificar suas causas e consequências. O método consistiu de análise documental dos dados de afastamentos ocorridos no mês de setembro de 2009, fornecidos pelo Departamento de Perícias Médicas do Ceará e de entrevistas estruturadas com 35 servidores afastados por transtornos mentais durante o mesmo período da Secretaria de Educação. Os dados mostraram uma alta porcentagem de afastamentos por transtornos mentais no período (30,1%), sendo que a maior parte classificados no grupo F da CID10 com diagnósticos de depressão (F32) e distúrbios ansiosos (F41). Os que mais se afastaram por esse tipo de doença foram os servidores das Secretarias do Trabalho e Desenvolvimento Social e da Educação. Os professores citaram como principais motivos dos afastamentos a violência nas escolas e conflitos com os alunos. Discute-se as condições de trabalho nas duas secretarias que apresentaram o maior índice de afastamentos e a necessidade de intervenções nessas condições a fim de apoiar mais efetivamente os profissionais afastados ou não e promover melhorias nas condições de trabalho.

Palavras-chaves: Afastamentos por doenças, transtornos mentais, servidores públicos, absenteísmo.

Introdução

Os afastamentos do trabalho ocasionados por episódios de doença entre os servidores públicos tem sido uma preocupação crescente dos governos nas esferas municipal, estadual e federal. Chama atenção entre os servidores, em geral, o grande número de afastamentos ocasionados por transtornos mentais e comportamentais (SALA et al, 2009; ANDRADE et al, 2008; CUNHA; BLANK; BOING, 2009, entre outros). Assim também, no estado Ceará, foi encontrado um grande número de episódios de afastamentos por doenças devido a transtornos mentais em 2008 e 2009, sendo esta a maior causa de afastamento entre os servidores da administração pública direta do estado (MACIEL; NOGUEIRA; AQUINO, 2009). Tendo em vista esses fatos, este estudo focaliza os afastamentos por transtornos mentais dos servidores do estado, buscando especificar suas causas e consequências.

Em relação ao número de afastamentos e dias perdidos de trabalho entre os servidores do estado de São Paulo, Sala et al (2009) afirmam que o assunto é importante em função do grande volume de licenças médicas e de dias não trabalhados nesse grupo de trabalhadores, esclarecendo que há variações nesses índices dependendo do contexto de trabalho dos servidores. No entanto, a importância dada à questão parece ter motivações mais profundas uma vez que, na atual conjuntura do serviço público, busca-se uma modernização das instituições com vistas à efetividade no atendimento de seus objetivos e do público em geral. Vaz (2006) discute essa necessidade e as transformações que vêm ocorrendo no serviço público a partir da redemocratização iniciada em 1980, apontando três forças propulsoras dessas mudanças e suas inter-relações: a racionalização do uso de recursos crescentemente escassos; a demanda por um novo patamar de qualidade dos serviços; e a pressão da sociedade por participação, transparência e controle social sobre as ações dos agentes públicos. Dessas três forças, a busca pela racionalização dos recursos e por uma melhor qualidade dos serviços tem promovido mudanças na organização das atividades e utilização de novos equipamentos, nem sempre acompanhadas da devida capacitação dos servidores. Por outro lado, a política de “diminuição de desperdícios” pode ser uma explicação para a

preocupação com os dias de trabalho perdidos com os afastamentos entre os servidores públicos, uma vez que não fica claro se a quantidade de afastamentos entre os servidores é comparável aos índices de afastamentos em outros tipos de instituições. De qualquer modo, conhecer a razão dos afastamentos é importante em vista do bem estar e saúde dos servidores.

O absenteísmo no trabalho pode ser categorizado quanto ao tipo de ausência: voluntário (por razões particulares), legal (faltas amparadas por lei, tal como licença-gestante), compulsório (impedimentos de ordem disciplinar) e por doença, em que é possível distinguir as patologias não relacionadas ao trabalho das doenças ocupacionais e das ausências motivadas por acidente de trabalho (SALA et al, 2009). Os afastamentos por episódios de doenças são categorizados, em geral, pela CID10 (Classificação Internacional das Doenças).

Alves, Godoy e Santanta (2006) analisaram os afastamentos de trabalhadores de um hospital público de emergência-urgência de Belo Horizonte por um período de um ano e encontraram que a maior causa de afastamento do trabalho entre aqueles servidores foram as doenças do sistema osteo muscular. Determinaram também que a categoria mais atingida era a das enfermeiras. Silva e Marziale (2003) investigaram 497 episódios de faltas justificadas por licenças de saúde durante um ano em um hospital universitário. Os problemas de saúde foram relacionados aos sistemas respiratórios, geniturinário, digestivo e osteo muscular, aos órgãos dos sentidos e ao aparelho reprodutor feminino. As autoras concluem que os índices de absenteísmo-doença apresentam-se elevados e que as causas do adoecimento dos trabalhadores apresentam interface com inadequadas condições de trabalho e fatores de risco presentes no cotidiano da enfermagem. Esses dados confirmam a suposição de que o contexto ou instituição de trabalho de origem do trabalhador promove diferenças no perfil de adoecimento.

Andrade et al (2008) analisaram o absenteísmo dos servidores públicos do município de Vitória, Espírito Santo, a partir de uma amostra de 400 prontuários dos 22.046 servidores municipais, no período correspondente a janeiro de 2005 a agosto de 2007. Verificaram um alto índice de absenteísmo entre esses servidores: pelos menos um dia de afastamento em 75% da amostra. Dos 301 episódios de afastamentos estudados, 49 (16,39%) correspondiam a

transtornos mentais e comportamentais, com uma média de 15 dias de afastamento. Apesar do grupo F (transtornos mentais e comportamentais) da CID10 não ter sido a maior causa entre os afastamentos estudados, sua presença é notável. As outras causas de afastamentos mais frequentes foram: doenças do aparelho respiratório (35,79%); fatores que influenciam o estado de saúde (30,10%); doenças do sistema osteo muscular (28,43%); lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (19,73%); doenças infecciosas e parasitárias (18,39%); e doenças do aparelho digestivo (16,72%).

Estudos mais abrangentes, verificando as causas de afastamento de um grupo maior de servidores e por períodos mais longos, chamam a atenção para o grande número de afastamentos devido a transtornos mentais e comportamentais. Cunha, Blank e Boing (2009) analisaram 40.370 afastamentos das Secretarias de Estado da Saúde e da Administração do Estado de Santa Catarina durante um período de 10 anos (1995 a 2005). A distribuição dos afastamentos segundo os grupos da CID 10, revelou que os principais motivos foram transtornos mentais e comportamentais (25,30%), doenças do sistema osteo muscular e do tecido conjuntivo (20,54%), fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde (15,16%), lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas (10,31%) e doenças do aparelho circulatório (6,57%). Quanto aos diagnósticos específicos, verificou-se que, dentro do capítulo V da CID10, os mais frequentes foram os transtornos depressivos moderados e episódios depressivos, totalizando 32,32% do total de casos desse grupo. Para o capítulo XIII, foram mais frequentes as sinovites e tenossinovites (17,69%) e a dor lombar baixa (16,27%).

Sala et al (2009) analisaram os afastamentos por doenças na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e verificaram que os diagnósticos que mais frequentemente motivaram as licenças médicas correspondem aos grupos da CID10 referentes a doenças do sistema osteo muscular e do tecido conjuntivo, 21,5%; transtornos mentais e comportamentais, 19,2%; lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas, 11,8%; doenças do aparelho circulatório, 10,3%; e doenças do aparelho respiratório, 5,9%. No entanto, os transtornos mentais foram a causa com um maior número de dias de afastamento.

Silva, Pinheiro e Sakurai (2008) analisaram o absenteísmo de um banco estatal de Minas Gerais no período de 1998 a 2003. As prevalências das doenças osteo musculares e dos distúrbios mentais e comportamentais foram 33,25 e 22,21 afastamentos por 1.000 trabalhadores, respectivamente. A partir da investigação das variações temporais nas causas de afastamento, o estudo indicou que as doenças osteo musculares e do tecido conjuntivo que antes predominavam na empresa apresentaram queda no período e que os distúrbios mentais e comportamentais apresentaram aumento, indicando possível mudança no perfil de adoecimento no banco estudado.

Em um estudo semelhante, Faria, Barboza e Domingos (2005) analisaram os afastamentos por transtornos mentais dos profissionais de um complexo hospitalar de São José do Rio Preto, São Paulo, cobrindo o período de 1995 a 2004. Verificou-se um aumento acentuado dos afastamentos por doenças do grupo F da CID10 a partir de 2000, sendo o índice de afastamentos desse tipo em 2004 de 28,9%.

Na literatura revisada, dois estudos pesquisaram as aposentadorias precoces por doença entre os servidores de duas universidades federais. Sampaio et al (2003) investigaram as aposentadorias dos servidores da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 1996 a 1999. Os diagnósticos mais frequentes foram esquizofrenia (14%), hipertensão arterial (13%) e dorsopatias (9%). Quanto à ocupação, a taxa média de aposentadoria para o magistério foi de 1,33 por 1000 trabalhadores/ano e de 1,86/1000 trabalhadores/ano entre os técnicos administrativos/serviços gerais. Na mesma linha, Miranda et al (2009), analisando as aposentadorias ocorridas em um período de 5 anos (2000 a 2005) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, concluíram que os transtornos do humor causaram 61% das aposentadorias por alienação mental, seguido dos transtornos do pensamento (19%), os transtornos mentais orgânicos e os de personalidade (4%).

Tanto no que se refere aos afastamentos por doenças quanto em relação às aposentadorias nota-se que os transtornos mentais e comportamentais ocupam uma posição de destaque na gênese dos problemas, juntamente com doenças do sistema músculo esquelético.

Um ponto que deve ser levado em consideração em relação aos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais são as condições de trabalho de onde esses servidores se afastam. Pode-se indagar sobre a importância da organização e condições de trabalho na origem das doenças que levam aos afastamentos. Glina et al (2001) analisaram sete casos de afastamentos por transtornos mentais atendidos no CEREST de Santo André, São Paulo. As anamneses e a análise dos prontuários indicaram haver associação com o trabalho em todos os casos analisados. Entre as afecções encontradas estavam quadros depressivos e de estresse decorrente do trabalho.

Os afastamentos por transtornos mentais e comportamentais aparecem não apenas entre os servidores públicos, mas também entre os trabalhadores de empresas privadas que recebem benefícios do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Siano et al (2008) investigaram as perícias médicas de afastamentos do trabalho por transtornos mentais em Juiz de Fora, Minas Gerais, em comparação com as outras causas de afastamento. Verificaram que, entre julho de 2004 e dezembro de 2006, os transtornos mentais foram a terceira razão de incapacidade presumida, aumentando de 13% para 19% entre o primeiro e o último trimestre avaliados. Os segurados sem vínculo empregatício representaram 66% daqueles com diagnóstico de transtornos mentais e seus requerimentos foram indeferidos mais frequentemente que aqueles de empregados: 38% e 26% respectivamente. A frequência de deferimento em perícias devido a transtornos mentais reduziu de 69% para 44% entre o primeiro e o último trimestre avaliados. O aumento no número de indeferimentos nas perícias incluídas neste estudo, segundo os autores, sugere maior rigor na concessão de auxílio-doença pela perícia médica a segurados com diagnósticos de transtornos mentais. Três categorias diagnósticas representaram cerca de 70% dos diagnósticos avaliados: 33% do grupo M; 21% do grupo I e 17% do grupo F da CID10. Ao discutirem os resultados de seu trabalho, os autores pontuam que

existe a possibilidade de que o auxílio-doença seja utilizado como única fonte de renda regular por parte de alguns segurados ou, eventualmente, como renda complementar de trabalhadores informais. Por toda a dificuldade que impõem à avaliação pericial, queixas de natureza subjetiva poderiam ser utilizadas mais frequentemente pelos segurados para justificar o requerimento de um benefício

indevido, alegando incapacidade laborativa, como seria o caso das queixas que remetem a transtornos mentais (SIANO et al, 2008:240).

Essa ideia parece ser dominante nos serviços de perícias médicas, incluindo os serviços que atendem os servidores públicos, daí a necessidade de investigar as razões dos afastamentos por transtornos mentais, evitando preconceitos e indeferimentos indevidos.

Este trabalho se refere ao levantamento das causas de afastamento entre os servidores civis e militares da administração direta do estado do Ceará, focalizando os afastamentos por transtornos mentais e comportamentais no período estudado. Um segundo objetivo foi especificar as causas e consequências desse tipo de afastamento em um grupo de servidores da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC).

Método

O presente estudo parte de uma abordagem qualitativa e quantitativa, ambas de naturezas diferentes, porém complementares. A pesquisa quantitativa, originária do paradigma positivista, geralmente procura seguir com rigor um plano previamente estabelecido, buscando enumerar e medir eventos, baseando-se em instrumental estatístico para a análise dos dados. Seu objetivo principal é evidenciar dados, indicadores e tendências observáveis. Em contrapartida, a pesquisa qualitativa, bastante empregada nas áreas de Psicologia, Educação e Administração, trabalha com “valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (MINAYO, 1994). Nessa abordagem, a compreensão dos fenômenos se dá a partir da perspectiva dos participantes sobre a situação estudada, em que o observador situará a sua interpretação dos fenômenos.

A primeira parte do estudo consistiu na análise dos afastamentos dos 78.569 servidores públicos, civis e militares, da administração pública direta do estado do Ceará, no período de setembro de 2009. O levantamento foi realizado pelo SAP (Serviço de Apoio Psicossocial) com dados fornecidos pelo Sistema de Informação da Coordenadoria de Perícia Médica.

A segunda parte da investigação focalizou as razões dos afastamentos de um grupo de 35 servidores da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC). Esses servidores foram escolhidos para participarem do estudo em função de terem se afastado por doenças enquadradas no grupo F (transtornos mentais e comportamentais) da CID10 e que prorrogaram as licenças médicas por mais de 15 meses ininterruptos.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas estruturadas realizadas no período de janeiro a maio de 2009 durante atendimentos individuais na Coordenadoria de Perícia Médica e visitas domiciliares aos servidores, atividades desenvolvidas pelo SAP.

O instrumental de anamnese que guiou a entrevista foi criado pela equipe do SAP e abordava, além dos dados pessoais do servidor, aspectos como queixa principal, acompanhamentos realizados atualmente, histórico de problemas de saúde, antecedentes familiares, sociabilidade, dinâmica familiar, ambiente de trabalho, fatores relacionados com a problemática e expectativas para o futuro.

Os atendimentos individuais foram agendados por meio de ligações telefônicas onde se solicitava a presença do servidor nas dependências da Coordenadoria de Perícia Médica para atendimento psicossocial. As visitas domiciliares foram realizadas a partir de encaminhamentos dos médicos peritos nos casos de prorrogação de licenças por mais de 15 meses. Tais visitas não eram agendadas e aconteceram durante horário comercial.

Após o término das entrevistas foi realizado a organização das informações. Para análise e interpretação foi utilizado a análise de conteúdo para as questões qualitativas. Segundo Minayo (1994:74), “através desta técnica podemos encontrar respostas para as questões formuladas e descobrir o que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. Para a análise dos dados estatísticos trabalhamos com porcentagem e média.

Resultados e Discussão

Afastamentos do trabalho por transtornos mentais

Durante o mês analisado (setembro de 2009) constatou-se a ocorrência de 8.174 licenças por doenças entre os servidores civis e militares da administração direta do estado, correspondendo a um índice de afastamento de 10,40%, considerando todos os servidores (N=78.569). Embora o período estudado seja curto, o que pode acarretar erros na estimativa de índices dessa natureza, o percentual de afastamentos entre os servidores públicos estudados é alto quando comparado a estudos semelhantes (SALA et al, 2009; BECKER; OLIVEIRA, 2008).

Das 8.174 licenças por doenças ocorridas no mês, 2.460 se enquadravam dentro do capítulo F da CID10. Assim, os transtornos mentais e comportamentais corresponderam a 30,1% de todos os episódios de afastamentos motivados por doenças (Tabela 1). Esse índice é superior aos índices de afastamento por transtornos mentais entre servidores de outros estados. Por exemplo, no estudo de Cunha, Blank e Boing (2009) o índice foi de 25,30%; no de Sala et al (2009), 19,2%; e no de Faria, Barboza e Domingos (2005), 28,9%. O resultado encontrado aqui pode estar incorrendo em erro de estimativa pelo mesmo motivo explicado acima, mas pode estar refletindo a tendência de aumento de afastamentos por transtornos mentais verificada no estudo com os bancários de Silva, Pinheiro e Sakurai (2008). Vale dizer que já em 2004, Wunsch Filho, analisando os dados do Ministério da Previdência Social (MPAS) de afastamentos por acidentes e doenças ocupacionais no período de 1960 a 2000, previu um aumento dos afastamentos por transtornos mentais dos trabalhadores brasileiros celetistas (WÜNSCH FILHO, 2004).

Tabela 1: Afastamentos por doenças no mês de setembro de 2009

Classificação	Frequência	Porcentagem
CID10		
Capítulo F	2460	30,1%
Demais capítulos	5714	69,9%
Total	8174	100,0%

Foram computadas as frequências de afastamentos por transtornos mentais dos órgãos da administração do estado com os maiores índices de afastamentos, levando em consideração a quantidade de servidores em cada órgão (Tabela 2). Os resultados mostraram que as Secretarias do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e da Educação (SEDUC) apresentaram os maiores percentuais de afastamentos por transtornos mentais em comparação com os outros tipos de classificações do CID10, correspondendo a 5,73%, e 5,35%, respectivamente. Percentuais bastante elevados quando comparados aos de outros estudos (por exemplo, SILVA; PINHEIRO; SAKURAI, 2008). É importante ressaltar aqui que, no caso do Estado do Ceará, a Secretaria de Saúde, que apresenta o menor índice de afastamentos por transtornos mentais da Tabela, compreende um número reduzido de hospitais e clínicas, sendo a grande maioria dessas instituições geridas pelos municípios. Este fato, de certa forma, explica o baixo índice quando comparado aos encontrados por Sala et al (2009).

Tabela 2: Afastamentos por transtornos mentais por órgão do estado

Órgão	Frequência	Percentage m	Total de Servidores
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	81	5,73	1413
Secretaria da Educação	1790	5,35	33464
Núcleo de Tecnologia	7	4,2	165
Secretaria da Justiça	53	4,14	1304
Secretaria da Cultura	9	3,9	228
Instituto de Saúde dos Servidores	8	2,7	295
Secretaria da Fazenda	43	2,5	1674
Procuradoria Geral	5	2,4	203
Instituto do Desenvolvimento Agrário	4	2,3	169
Fundação Cearense de Meteorologia	3	2,3	116
Secretaria do Planejamento	9	2,13	421
Departamento Estadual de Trânsito	15	2,02	742

Secretaria da Saúde	256	1,81	14136
----------------------------	-----	------	-------

A classificação mais frequente dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais foi a de episódios depressivos (F32) (622 servidores), correspondendo a 76,92% do total de afastamentos por transtornos mentais. Em seguida aparecem os transtornos ansiosos (F41) (113 servidores), correspondendo a 13,86% do total de afastamentos classificados no grupo F e, em terceiro lugar, transtornos afetivos bipolar (F31) (32 servidores), correspondendo a 4,3% do total do grupo F.

Tendo em vista a grande incidência de transtornos mentais entre os professores, a segunda parte do estudo focalizou, por meio de entrevistas individuais, os motivos e consequências desses afastamentos entre os servidores que estavam em afastamento no mês de setembro de 2009.

Afastamentos por transtornos mentais entre os professores

Do grupo de 35 profissionais da Secretaria de Educação entrevistados na segunda parte do estudo, 26 (74%) eram mulheres e 9 (26%) eram homens. Em relação às idades, a maioria (20; 60%) estava entre 45 e 55 anos.

Entre os 35 profissionais, 25 (71,43%) haviam sido afastados com diagnóstico de depressão (F32) e 7 (20%) com transtornos de ansiedade (F41), como mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Diagnóstico que deu origem aos afastamentos.

Diagnóstico	Frequência Porcentagem	
Depressão	25	71,43
Transtornos de ansiedade	7	20,00
Esquizofrenia	2	5,71

Transtornos bipolar	1	2,86
Total	35	100

Apenas 7 dos 24 entrevistados que estavam em tratamento psiquiátrico estavam também sendo acompanhados por tratamento psicológico, semanal ou quinzenal. O tratamento psiquiátrico a que se referiram se constitui de uma consulta mensal com o psiquiatra, em geral, apenas para dar continuidade ou iniciar um tratamento medicamentoso. Como a maioria apresentava quadro depressivo, é significativo o fato de não estarem em tratamento psicológico, o que pode significar um prognóstico ruim em termos de recuperação. O tratamento medicamentoso isolado, na maioria das vezes, não resolve os conflitos básicos que deram origem aos sintomas depressivos.

Os professores foram indagados sobre sua percepção em relação à origem de sua doença e nessa questão podiam fornecer mais de um motivo. A grande maioria (26 professores, 74,28%) relatou problemas relacionados ao trabalho como o motivo principal de seu afastamento. Outros motivos citados foram: problemas familiares, outros problemas de saúde e morte de familiares ou amigos. Dos 26 motivos classificados como relacionados ao trabalho, foram citados problemas de relacionamento com os alunos (8); violência na escola (7); sobrecarga de trabalho, pressões da direção e desorganização do sistema (6). Esses motivos estão relacionados às condições de trabalho nas escolas públicas. Recente trabalho realizado pela FUNDACENTRO (TAVARES; FERREIRA; MACIEL, 2008) com professores da rede de ensino básico do estado do Piauí, mostrou que os professores estão sujeitos a condições inadequadas de trabalho principalmente no que se refere à violência nas escolas e ao pouco apoio que recebem dos pais no trabalho conjunto de educar. É importante ressaltar que os professores relatam também pouco ou nenhum apoio na solução dos conflitos com os alunos e com os pais, uma vez que em grande parte das escolas não há profissionais especializados para realizar essa tarefa, delegando-se essa atividade para os próprios professores. Essas situações levam os professores ao “desamparo”, condição frequentemente associada ao aparecimento de quadros depressivos. Gasparini, Barreto e Assunção (2006), estudando uma amostra de professores da rede de ensino de Belo Horizonte, Minas Gerais,

constatarem que o risco de apresentar transtornos mentais é bastante elevado nos professores e que os transtornos são mais frequentes nos professores que relatam experiência de violência nas escolas, pior percepção sobre o trabalho, piores condições de trabalho e ambiente físico da escola, e menor recurso computacional para o trabalho escolar.

Em relação às expectativas futuras, apenas 10 (28%) dos entrevistados desejam voltar a trabalhar no mesmo posto; 16 (46%) não desejam voltar a trabalhar como professores e 9 (26%) pretendem realizar outra atividade. Dos 16 que não desejam voltar a trabalhar, 6 pretendiam se aposentar por tempo de serviço, 4 pretendiam se aposentar por invalidez e 6 voltariam a trabalhar desde que não fosse ministrando aulas. Esses resultados mostram a aversão dos afastados ou seu esgotamento em relação à atividade de professor, uma vez que uma parte deles também relatou que já estavam se adaptando a outras atividades profissionais. Portanto, a gênese dos afastamentos por transtornos mentais entre os professores está localizada, em grande parte, nas condições de trabalho.

Considerações finais

Analisando os afastamentos do trabalho por doenças entre os servidores públicos civis e militares da administração direta do Ceará, encontrou-se um índice de afastamentos de 10,40% no mês de setembro de 2009. O índice indica um alto grau de afastamentos do trabalho entre os servidores o que pode ser um indicativo de problemas nas condições e situações de trabalho desses servidores. Entre as doenças que originaram os afastamentos, 30,1% se encontravam no grupo F (transtornos mentais e comportamentais) do CID10. Desse total, os tipos mais frequentes foram os quadros depressivos (F32) e distúrbios ansiosos (F41), sendo que os órgãos da administração do estado onde houve um maior número de afastamentos por transtornos mentais foram as Secretarias do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e a da Educação (SEDUC).

A STDS do estado do Ceará possui características peculiares. Trata-se de uma secretaria subdividida em pequenas unidades que se espalham por todo o estado, o que as torna

relativamente independentes. Além disso, a Secretaria emprega um grande número de funcionários terceirizados, que não possuem vínculo com o estado, apesar de trabalharem e realizarem tarefas similares aos profissionais estatutários. Acredita-se que aproximadamente 40% do contingente de servidores dessa Secretaria sejam não-estáveis. Essa situação provoca um ambiente conflituoso, pois mantém lado a lado profissionais com diferentes direitos e deveres e, portanto, diferenças marcantes nas relações de poder entre os servidores. Assim, o clima organizacional resultante leva, provavelmente, a situações estressantes de trabalho e ao consequente número de afastamentos observados.

Em relação à SEDUC, já são relativamente reconhecidos os riscos de transtornos mentais entre os professores oriundos das condições estressantes de trabalho, principalmente a questão da violência nas escolas e conflitos com alunos e pais de alunos. Além disso, o professor na atualidade deve se ocupar de uma série de atividades para as quais nem sempre está preparado e recebendo apoio suficiente, levando a um sentimento de desamparo e esgotamento emocional (vide, por exemplo, CARLOTTO, 2002), o que pode resultar no grande número de afastamentos por transtornos mentais observado.

Essas condições problemáticas do trabalho dos professores foram expressas pelos afastados por transtornos mentais nas entrevistas realizadas, sendo que os professores localizaram como principal motivo de seu afastamento a violência nas escolas.

É digna de nota a quantidade de professores que não pretendem voltar a trabalhar, ou porque pretendem se aposentar em breve por tempo de serviço ou por invalidez ou porque desejam se ocupar em outras atividades. Resultados esses que corroboram os encontrados por Sampaio et al (2003) e Miranda et al (2009) em seus estudos sobre as causas das aposentadorias precoces de professores universitários.

Os dados encontrados aqui mostram a necessidade do desenvolvimento e implantação de programas de melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos do estado, focalizando, principalmente, as condições de emprego, condições físicas de trabalho e segurança dos profissionais, entre outros. Programas de capacitação e atendimento

psicossocial, mesmo para os não afastados seriam também de grande valia para esse contingente de profissionais.

Referencias

ALVES, M.; GODOY, S. C. B.; SANTANTA, D. M. Motivos de licenças médicas em um hospital de urgência-emergência. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 59, p. 195-200, 2006.

ANDRADE, T. B.; SOUZA, M. G. C.; SIMÕES, M. P. C.; ANDRADE, F. B. Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. *Scientia Medica*, v. 18, p. 166-171, 2008.

BECKER, S. G.; OLIVEIRA, M. L. C. Study on the absenteeism of nursing professionals in a psychiatric center in Manaus, Brazil. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 16, p. 109-114, 2008.

CARLOTTO, M. S. A Síndrome de burnout e o trabalho docente. *Psicologia em Estudo*, v. 7, n. 1, p. 21-29, 2002.

CUNHA, J. B.; BLANK, V. L. G.; BOING, A. F. Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 12, p. 226-236, 2009.

FARIA, A. C.; BARBOZA, D. B.; DOMINGOS, N. A. M. Absenteísmo por transtornos mentais na enfermagem no período de 1995 a 2004. *Arquivos de Ciências da Saúde*, v. 12, p. 14-20, 2005.

TAVARES, D.S.; FERREIRA, L. L.; MACIEL, R.H. (2008). *O Trabalho de Professores na Educação Básica Pública no Piauí*. São Paulo: FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, 2008.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, p. 2679-2691, 2006.

GLINA, D. M. R.; ROCHA, L. E.; BATISTA, M. L.; MENDONÇA, M. G. V. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, p. 607-616, 2001.

MACIEL, E.C.; NOGUEIRA, C. V. ; AQUINO, R. *Afastamentos dos Servidores Civis e Militares da Administração Direta do Estado do Ceará*. Relatório Interno da SEPLAG – Secretaria do Planejamento do Estado do Ceará. Fortaleza: SEPLAG., 2009.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MIRANDA, F. A. N.; CARVALHO, G. R. P.; FERNANDES, R. L.; SILVA, M. B.; SABINO, M. G. G. Saúde mental, trabalho e aposentadoria: focalizando a alienação mental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 62, p. 711-716, 2009.

SALA, A.; CARRO, A. R. L.; CORREA, A. N.; SEIXAS, P. H. D. Licenças médicas entre trabalhadores da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no ano de 2004. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 25, p. 2168-2178, 2009.

SAMPAIO, R. F.; SILVEIRA, A. M.; PARREIRA, V. F.; MAKINO, A. T.; MATEO, M. M. Análise das aposentadorias por incapacidade permanente entre os trabalhadores da Universidade Federal de Minas Gerais no período de 1966 a 1999. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 49, p. 60-66, 2003.

SIANO, A. K.; RIBEIRO, L. C.; SANTIAGO, A. E.; RIBEIRO, M. S. Análise descritiva de exames periciais iniciais de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social apresentando transtornos mentais. *HU Revista*, v. 35, n. 1, p. 25-34, 2009.

SILVA, D. M. P. P. ; MARZIALE, M. H. P. Problemas de saúde responsáveis pelo absenteísmo de trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário. *Acta Scientiarum Health Science*, v. 25, p. 191-197, 2003.

SILVA, L. S.; PINHEIRO, T. M. M.; SAKURAI, E. Perfil do absenteísmo em um banco estatal em Minas Gerais: análise no período 1998 a 2003. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 13, sup. 2, p. 2049-2058, 2008.

VAZ, J. C. A delicada disputa pelas cabeças na evolução do serviço público no Brasil pós-redemocratização. *Cadernos ENAP*, Brasília, n. 1, p. 37-44, 2006.

WÜNSCH FILHO, V. Perfil epidemiológico dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 2, p. 103-117, 2004.